

RO 124200-42.2009.5.10.0008 – Publicação: DEJT 25.03.2011

Relator: Desembargador - JOÃO AMÍLCAR

Revisor: Desembargador - MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Recorrente: Empresa de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

Recorrido Ministério Público do Trabalho

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERESSE. ADEQUAÇÃO.

Ao Ministério Público do Trabalho é dado propor ação civil pública para defesa dos interesses coletivos ou difusos dos trabalhadores, supostamente vítimas de assédio moral, quando pelas vias administrativas não se logrou alcançar o desiderato.

PROCESSO. NULIDADE. CERCEIO DE DEFESA.

Ressaindo, de forma hialina, a ausência de prejuízo pelo indeferimento do pedido de adiamento da audiência, fundado na impossibilidade de comparecimento de testemunha arrolada pela parte, não há falar na nulidade do processo por cerceio de defesa (CLT, art. 794).

DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO. Constitui assédio moral a atitude do superior hierárquico que dispensa a seus subordinados tratamento vexatório, desrespeitoso e discriminatório. Conduta patronal que fere a cidadania e a dignidade da pessoa humana, valores que têm assento no texto constitucional. Configurada a lesão a interesses transindividuais, que ultrapassam a esfera pessoal de cada um dos trabalhadores, emerge o dever de reparação genérica à sociedade pelos danos causados.